



ACÓRDÃO Nº695/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11560/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Advogado:** Não Possui
- 4- **Órgão:** Departamento Municipal de Trânsito de Maués - DEMUT
- 5- **Exercício:** 2015
- 6- **Responsável:** Francisco Januário Salviano (Ordenador de Despesa) e Francisco Carlos Pinto de Vasconcelos (Ordenador de Despesa)
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3165/2017-DMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Administração Indireta dos Municípios do Interior. Departamento Municipal de Trânsito de Maués - DEMUT. Exercício de 2015.

Irregularidade. Revelia. Multa. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, em consonância com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do Sr.Francisco Januário Salviano (período 02/03/2015-31/12/2015) e Sr. Francisco Carlos Pinto de Vasconcelos (período 01/01/2015-01/03-2015) responsáveis pelo Departamento Municipal de Trânsito do Município de Maués-DEMT, no curso do exercício de 2015, nos termos do inciso II do art. 1º e das alíneas “b” do inciso III do art. 22, todos da Lei estadual nº 2.423/96, em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais, conforme as irregularidades elencadas nas Notificações nºs. 02 e 05/2016.
- 10.2. **Considerar revel** o Sr. Francisco Carlos Pinto de Vasconcelos, responsável pelo DEMUT no período de 01/01/2015-01/03/2015, **revel**, referente ao exercício de 2014, nos termos do §4º do art. 20 da Lei nº 2.423/96;
- 10.3. **Aplicar Multa** ao Sr. Francisco Carlos Pinto de Vasconcelos no valor



ACÓRDÃO Nº695/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

de 8.768,25 (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), nos termos do inciso VI do art. 308 da Resolução nº 4/2002 (RITCE/AM), em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais elencados na notificação nº 05/2016. Devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias.

10.4. Aplicar Multa ao Sr. Francisco Januário Salviano no valor de 8.768,25 (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), nos termos do inciso VI do art. 308 da Resolução nº 4/2002 (RITCE/AM), em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais elencados na notificação nº 05/2016 (impropriedades nº 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 15 e 18); Devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ . O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias.

10.5. Determinar ao Departamento Municipal de Trânsito de Maués - Demut, , nos termos do §2º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM, que:

10.5.1. não atrase o envio das informações ao sistema ACP, bem como o seu adequado preenchimento, nos termos da Resolução 07/02-TCE, c/c Resolução 10/2012-TCE/AM;

10.5.2. Faça cumprir o que estabelece os arts. 94 e 96 da lei 4.320/64 quanto aos bens patrimoniais deste Órgão;

10.5.3. adote as medidas necessárias para a realização de concurso público, nos termos do inciso II do art. 37 da CF/88, bem como tome iniciativa de projeto de lei para a criação de cargos do quadro de pessoal do Órgão;

10.5.4. atenda ao estabelecido no art. 45 da Constituição Estadual c/c art. 43 da Lei nº 2.423/96 que prever Criação de Controle Interno no âmbito Municipal;

10.5.5. cumpra os art. 48 e 48-A da Lei Complementar n.º 101/2000, alterada pela Lei Complementar 131/2009 c/c inciso II, art. 34 da Lei 2.423/96 que estabelece a obrigatoriedade de observância dos instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público;



ACÓRDÃO Nº695/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.5.6. atente aos preceitos estabelecidos no artigo 2º, § 1º da Resolução nº 16/2009-TCE, quanto a remessa das informações no sistema de ATOS DE PESSOAL – SAP;

10.5.7. observe, por último, que a reincidência, nas próximas Prestações de Contas, das determinações ora veiculadas acarretará o julgamento da Irregularidade da respectiva Conta, conforme prevê a alínea “e” do inciso III do parágrafo 1º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM.

11- Ata: 21ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 27 de Junho de 2017

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em exercício), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

14- Representante do Ministério Público: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente, em exercício

ALIPIO REIS FIRMO FILHO

Auditor-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral